

Sarney pede "um pacto de transição para democracia"

João Pessoa — O senador José Sarney, presidente nacional do PDS, defendeu, ontem, em João Pessoa, a adoção por todos os partidos um "pacto de transição para a democracia", ressaltando que isso seria extremamente útil para o país. Esse pacto, explicou, não implica num governo de união nacional, mas num entendimento das agremiações sobre "as etapas que devemos vencer para chegarmos ao aprimoramento democrático", sobretudo, em relação a mudanças na legislação eleitoral.

Nós conseguimos, no ano passado, que os partidos políticos abrissem canais de comunicação permanente dentro do Congresso. Esses canais continuam abertos e acho que o diálogo deve ser permanentemente exercido quando os problemas surgirem. Já avançamos muito, temos ainda alguma coisa a fazer e estamos dispostos a ceitar esse diálogo — revelou, acrescentando: "Nós temos encontrado bastante resistência de alguns setores radicais da oposição, que partem do pressuposto de que não devem ter nenhum nível de entendimento com o PDS".

Em Fortaleza, Sarney manteve contatos com líderes partidários que se prolongaram até às 16 horas de ontem, definiu sua viagem pelo país como necessária para elaboração de uma estratégia nos diversos Estados com vistas às eleições de 82 e, depois de insistir na organização do partido como candidato indispensável para aquela disputa, negou que esteja recolhendo subsídios para uma reforma eleitoral, atribuição, segundo ele, de uma comissão partidária recentemente criada.

ABERTURA

O senador criticou a "visão triunfalista de setores oposicionistas, que atribuem algumas conquistas políticas a

concessões do regime. "O que tem acontecido no Brasil não somos nós que cedemos. A revolução foi feita com compromissos democráticos que estão sendo cumpridos. Estamos comandando sob nossa responsabilidade, com uma visão institucional, o processo de abertura política."

Propôs também um acordo entre os partidos sobre reformas na Constituição, argumentando: "Qualquer constituição não pode ser de um partido ou de outro, mas deve ser fruto do consenso da Nação, para que seja duradoura e estável". Comentando o documento distribuído em Brasília, em resposta a críticas da oposição ao modelo econômico, Sarney notou que "a partir do momento em que o PMDB desconhece a crise do petróleo, perde autoridade para discutir a orientação econômica do governo".

Sarney advertiu ainda aos que cobram do regime o longo período de exceção vivido pelo país: "No momento em que passamos a fazer comparação com situações absolutamente diversas, perdemos a perspectiva política, houve uma revolução e não podemos ignorar esse fato. Num projeto de abertura política, só podemos caminhar se perdermos esse ressentimento em relação ao passado. Se passarmos a cobrar o passado, chegaremos também a cobrar, dos outros, que fizeram outras coisas na história do Brasil e que são perfeitamente condenáveis".

O presidente do PDS insistiu em que, pessoalmente, é adepto do voto distrital, "mas esse problema não está na mesa das decisões do partido. Nós não estamos estudando nenhuma legislação casuística para beneficiar o partido" e considerou naturais as divergências internas na agremiação em vários Estados.